

Comissões debatem reforma do Judiciário e Lei de Falências

A Comissão de Assuntos Econômicos ouve hoje representantes do Banco Central e dos Ministérios da Fazenda e da Justiça sobre mudanças na legislação que regula falências e concordatas. Amanhã, a Comissão de Justiça discute a reforma do Judiciário com o próximo presidente do STJ, Edson Vidigal

Página 4



Fotos: Célio Azevedo

AUDIÊNCIAS Segunda discussão sobre Lei de Falências será realizada pela CAE, ao passo que a CCJ aprofunda a análise da reforma do Judiciário ouvindo o ministro Edson Vidigal

Plenário examina MPs e acordos

Três medidas provisórias e oito acordos internacionais deverão ser votados pelo Plenário do Senado esta semana. A pauta de hoje inclui projetos de decreto legislativo que se referem a acordo com a Rússia e protocolo no âmbito do Mercosul. As medidas provisórias – duas das quais estão trancando a pauta – têm exame previsto para amanhã.

Página 3

Senadores cobram socorro para flagelados

As vítimas das enchentes no Nordeste, em particular nos estados de Sergipe e do Piauí, necessitam de socorro urgente do governo federal. O drama dos flagelados foi tema de

pronunciamentos em Plenário dos senadores Almeida Lima, Antonio Carlos Valadares e Mão Santa. Enquanto Almeida Lima e Valadares defenderam maior agilidade do Ministério da

Integração Nacional, Mão Santa apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que retribua o apoio recebido dos piauienses nas eleições presidenciais.

Página 7



Fotos: Célio Azevedo

URGÊNCIA Mão Santa, Antonio Carlos Valadares e Almeida Lima advertem que vítimas das enchentes não podem esperar

Fotos: Rosevelt Pinheiro



CUIDADOS Mozarildo afirma que floresta pode ser explorada com responsabilidade

Mozarildo elogia reforma agrária modelo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comemorou a inauguração de um projeto de assentamento agrícola a ser desenvolvido próximo a Boa Vista, capital do seu estado. Ele afirmou que o programa Nova Amazônia 1 deverá receber 1.200 famílias até 2005 e cria um modelo novo de reforma agrária em Roraima.

– Foram feitos estudos sobre o solo e o zoneamento ecológico prévio. Acredito que podemos ocupar responsabilmente a Amazônia, sem destruir suas riquezas e promovendo o bem-estar de sua população – disse.

Depois de alertar para o perigo de internacionalização da Amazônia, ele destacou que “os que cobiçam as riquezas da região têm interesse em manipular a opinião pública”. Para o senador, propagam-se mitos sobre a floresta, criando um “imaginário apocalíptico” em torno do desmatamento.

– A se crer no que já foi projetado, há dez anos a floresta teria desaparecido de Rondônia, do Pará e do Acre. Aponta-se para a devastação da Amazônia comparando-a com o holocausto, com o *apartheid* sul-africano.

Agenda

Plenário tem hoje sessão deliberativa

O Plenário vota hoje, a partir das 14h30, três projetos – PDL 855/03, 856/03 e 857/03 – que aprovam, respectivamente, o acordo entre Brasil e Rússia para prevenção e combate a infrações aduaneiras; o protocolo para prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades da Bolívia e dos países do Mercosul; e a decisão do Conselho do Mercado Comum sobre o uso dos símbolos do Mercosul.



Lei de Falências será examinada na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, a partir das 10h, audiência pública para discutir o projeto de Lei de Falências (PLC 71/03). Foram convidados o diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Sant’anna Bevilacqua; os secretários de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa; e de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg.

Conselho analisa indicações ao Diploma Mulher-Cidadã

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolhe, às 11h30, as cinco candidatas a serem contempladas com a premiação. O diploma, que está na terceira edição, é uma homenagem

a mulheres que tenham contribuído na defesa dos direitos da mulher e em questões de gênero. O conselho recebeu em torno de 60 indicações de organizações que tratam da área.

Comissão mista debate PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute, às 14h30, o projeto (PLN 30/03) que trata do Plano Plurianual (PPA), período 2004-2007. Serão analisadas ainda mensagens do Poder Executivo e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.



Ministro do STJ na Comissão de Justiça

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, participa amanhã, às 10h, de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele vai discutir a proposta de reforma do Poder Judiciário (PEC 29/00), um dos itens a serem discutidos pela CCJ durante o período de convocação extraordinária.

Cidadania discute Judiciário

Participam do programa *Cidadania*, exibido às 19h30 pela TV Senado, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) e o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Paulo Sérgio Domingues. Eles falam sobre pontos polêmicos da proposta, como o controle externo do Judiciário.

Fale com o Senado

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas da população de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara dos Deputados também oferece o mesmo atendimento, pelo número 0800 619619.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mesquita Júnior: vôos em risco no Acre

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) reclamou ontem do “descaso e abandono” a que está submetido o estado do Acre, e citou como exemplo o aeroporto de Rio Branco. Ele relatou que há equipamentos de segurança armazenados há dois anos pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), enquanto o aeroporto sofre problemas com segurança dos vôos.

– A Infraero instala equipamentos para assegurar total segurança para aviões e passageiros nos aeroportos das regiões Sul e Sudeste e não toma as mesmas providências em relação ao Acre – protestou.

Mesquita Júnior apresentou requerimento de informações ao Ministério da Defesa, questionando as diretrizes de atuação da Infraero. Ele disse que tem havido “tratamento injusto e preconceituoso” em relação ao Acre.

No ano passado, relatou o senador, houve um acidente com vítimas fatais no aeroporto de Rio Branco. “Será que teve como causa a segurança do aeroporto?”, indagou.

Telefonia

Mesquita Júnior também protestou contra a situação da telefonia móvel no Acre. Segundo ele, por ganância comercial ou planejamento inadequado, a capacidade de instalação do setor está muito aquém da necessidade.

O senador informou ter enviado requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, indagando as razões pelas quais a situação chegou ao que chamou de “estado de descabro”. Mesquita Júnior cobrou investigações e providências, advertindo que multar as empresas “não adianta nada”, já que elas acabam não pagando.



EMPENHO Mesquita Júnior diz que Infraero não dá prioridade a aeroporto de Rio Branco

Comissão discute metas do governo

A redução das metas que o governo se propõe a executar anualmente, indicada no superávit primário, começa a ser examinada hoje, a partir das 14h30, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), durante a discussão sobre o Plano Plurianual (PPA), que contém as prioridades de investimento para o período de 2004 a 2007.

Essa é a questão mais polêmica incluída no substitutivo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) e que, por falta de acordo com representantes do governo, acabou adiando a votação do PPA para este ano. A proposta do relator prevê uma diminuição gradual do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para compor a meta do superávit primário, que cairia dos atuais 4,25% para 3,75% em 2005; 3,5% em 2006 e 3,25% em 2007. Com isso, seriam obtidos R\$ 27,9 bilhões no período como fonte de recursos para alavancar os investimentos do PPA.

No total, os investimentos previstos no PPA alcançam R\$ 48,6 bilhões nos próximos quatro anos, que viriam da projeção de crescimento da receita orçamentária (R\$ 17,5 bilhões) mais parcela de recursos orçados este ano (R\$ 3,3 bilhões) e redução do superávit primário. Esse dinheiro sustentaria 331 ações de governo, entre projetos de investimento e gastos de custeio.

Entre as prioridades do PPA, o relator destacou os projetos voltados à eliminação do analfabetismo e ao combate à fome, água para o Nordeste, auto-suficiência em petróleo e continuidade na interligação dos sistemas elétricos do país. Foram apresentadas 2.423 emendas ao substitutivo de Saturnino.



SUPERÁVIT Questão é a que desperta mais polêmica no relatório de Roberto Saturnino

Plenário vota esta semana medidas provisórias e acordos internacionais

■ Duas medidas provisórias podem trancar pauta a partir de amanhã se não forem examinadas

O Plenário deve votar esta semana três medidas provisórias (MPs) e oito projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais. Duas das três MPs previstas para a sessão de amanhã – a que trata da contratação, por tempo determinado, de pessoal técnico para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (MP 136/03) e a que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro (MP 137/03) – poderão trancar a pauta, caso não sejam examinadas.

Na pauta de hoje, foi incluído o projeto de decreto legislativo que aprova acordo de assistência mútua entre Brasil e Rússia para combate a infrações aduaneiras (PDL 855/03). Também constam da ordem do dia os projetos relativos a protocolo de integração educacional para o prosseguimento de estudos de pós-graduação nos países-membros do Mercosul e na Bolívia (PDL 856/03) e à decisão do Conselho do Mercado Comum sobre o uso dos símbolos do Mercosul (PDL 857/03).

Começa exame da MP que amplia quadros das agências

Será instalada hoje, às 14h30, comissão mista que analisará a medida provisória (MP) que cria 18 carreiras nas agências reguladoras. Os salários vão variar entre R\$ 2.906,66 e R\$ 5.151, enquanto os de técnicos serão de R\$ 1.399,10 a R\$ 2.555,30.

O maior número de cargos (860) criados pela MP 155/03 é para técnico em regulação de serviços de transportes terrestres, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A agência terá ainda 590 cargos de especialista, além de 105 analistas administrativos, 150 técnicos administrativos e 55 procuradores.

O segundo maior número (810) é para a carreira de especialista em regulação e vigilância



ESFORÇO Senado começa a decidir sobre projetos incluídos na pauta da convocação extraordinária

Ainda na quarta-feira, se aprovadas as medidas provisórias sobre o Cade e certificados do Tesouro, poderá ser examinada a MP 138/03, que altera os Planos de Benefícios da Previdência Social. De acordo com a proposição, será de 10 anos o prazo para o segurado ou beneficiário rever concessão de benefício.

Conforme a MP, o direito de a Previdência anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários também se encerrará em dez anos, contados da data em que foram praticados.

Justiça gratuita

Na mesma sessão, os senadores poderão votar as seguintes matérias: PDL 859/03, referente a acordo sobre o benefício da Justiça gratuita e a assistência jurídica gratuita, firmado no âmbito do Mercosul; PDL 891/03, acordo entre os governos do Brasil e da Nova Zelândia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo, militar e técnico; e PDL 892/03, acordo entre Brasil e Bolívia para a construção de ponte sobre o Rio Acre.

Para a sessão de quinta-feira está prevista a votação de projetos de decreto legislativo sobre protocolo adicional a acordo de complementação econômica entre as nações do Mercosul e a Bolívia (PDL 893/03) e sobre acordo de cooperação financeira relativo a projetos para a Mata Atlântica e para a Amazônia, celebrados entre o Brasil e a Alemanha.

Na sexta-feira, a sessão, que se inicia às 9h, será não deliberativa, destinando-se a pronunciamentos dos senadores e leitura de comunicados da Mesa do Senado.

cia sanitária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A entidade terá direito a 150 técnicos dessa mesma área, 175 analistas administrativos e 100 técnicos administrativos e, ainda, 40 procuradores.

Já a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) terá 720 especialistas em regulação de serviços públicos de telecomunicações. E também 485 técnicos em regulação, 250 analistas administrativos, 235 técnicos administrativos e 70 procuradores federais.

A MP estabelece 435 cargos de especialista em regulação de petróleo e derivados do gás natural para a Agência Nacional do Petróleo (ANP). E mais 50 técnicos no mesmo tipo de regulação e igual número de es-

pecialistas em Geologia e geofísica do petróleo e gás natural.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) contará, de acordo com a MP, com 340 especialistas em regulação de saúde suplementar e 50 técnicos no mesmo tipo de regulação. Haverá 100 analistas administrativos, 70 técnicos administrativos e 40 procuradores federais.

Para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a MP destina 365 cargos de especialistas em regulação de serviços públicos de energia, além de 150 cargos de analista administrativo e igual número de técnicos administrativos. A Aneel terá um quadro de 35 procuradores federais.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) terá, segundo a MP, 220 especialistas em regulação de serviços de transportes aquaviários e 130 técnicos sobre o mesmo assunto. Haverá também 70 analistas administrativos, 50 técnicos administrativos e 20 procuradores federais.

Serão 150 cargos de especialistas em regulação da atividade cinematográfica e audiovisual na Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Prescrição

Também será instalada hoje, às 14h30, a comissão mista sobre a MP 152/03. O texto altera a Lei 9.636/98, que trata da prescrição dos débitos para com a Fazenda Nacional decorrentes de receitas patrimoniais.

Vidigal debate na CCJ reforma do Judiciário

Durante a convocação, CCJ ouvirá ainda o atual e o próximo presidente do STF e o ministro da Justiça

A reforma do Judiciário continua no centro das atenções dos senadores, que debatem amanhã a proposta, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com o futuro presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal. A audiência pública começa às 10h.

Conforme decisão adotada pela CCJ semana passada, com apoio do relator, senador José



MUDANÇA Relator José Jorge recebe sugestões dos senadores até o dia 4 de fevereiro

Jorge (PFL-PE), também participarão de audiências, ainda durante a convocação, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, que assume a presidência da instituição este semestre, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o atual presidente do STF, ministro Maurício Corrêa.

Com o objetivo de aperfeiçoar a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/00), que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, o relator vai receber novas sugestões dos senadores até o dia 4 de fevereiro. José Jorge lembra que a PEC está na comissão de Justiça para reexame, uma vez que parecer do então senador Bernardo Cabral já fora aprovado pela

comissão. Nesse período, chegaram contribuições de diversas instituições ligadas ao Judiciário, que, segundo afirmou o relator na última reunião da CCJ, serão sistematizadas e apresentadas aos senadores.

Os integrantes da comissão também devem receber contribuições do governo federal à reforma do Judiciário, elaboradas pela secretaria especial criada pelo Ministério da Justiça para propor medidas relacionadas à matéria. Alguns pontos, como o controle externo do Judiciário, são considerados fundamentais pelo governo.

Violência doméstica

Antes do debate com Edson Vidigal, os senadores da CCJ devem analisar o relatório da

senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) favorável, na forma de substitutivo, ao Projeto de Lei da Câmara 102/03, que tipifica o crime de violência doméstica, cometido por cônjuge, companheiro ou pessoa com quem a vítima conviva. Caso o parecer seja aprovado, a matéria segue para análise em Plenário.

A autora da proposta, deputada Iara Bernardi (PT-SP), argumenta que "a violência doméstica precisa ser tratada como questão pública, objeto de ação do governo, com punição prevista na legislação penal". Ela destaca pesquisa indicando que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência.



Célio Azevedo

SUBSÍDIOS Para votar a proposta, comissão está colhendo a opinião de autoridades de vários setores

CAE aprofunda discussão sobre o projeto que altera a Lei de Falências

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, a partir das 10h, a segunda audiência pública para debater as mudanças na legislação que regula as falências e concordatas no país. Deverão participar da reunião o diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Bevilacqua; o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa; e o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça,

Daniel Goldberg.

O projeto, incluído como uma das principais matérias da convocação extraordinária do Congresso Nacional, prevê o fim da concordata, instrumento pelo qual o devedor é obrigado a liquidar as dívidas de acordo com as sentenças judiciais que beneficiem os credores. Em seu lugar, o texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados institui a recuperação judicial e extrajudicial como forma de evitar a falência de

uma empresa.

O primeiro mecanismo obriga o devedor a apresentar à Justiça um plano de recuperação, descrevendo a situação da empresa, com sugestões para o pagamento das dívidas. O documento deve ser submetido a uma assembléia geral de credores.

No caso da recuperação extrajudicial, também é elaborado um plano de reestruturação da empresa, que, se aceito em assembléia, deve ser ratificado pelo Judiciário.

Crédito tributário pode perder preferência

A quitação de débitos com o fisco não terá mais preferência sobre os créditos privados, incluindo os trabalhistas, em caso de falência, se for aprovado pelo Senado projeto (PLC 70/03) de autoria do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). Advogada pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ramez Tebet (PMDB-MS), juntamente com o projeto que muda a Lei de Falências, a proposta de mudança no Código Tributário Nacional tem como justificativa "criar um ambiente legal propício ao desenvolvimento econômico". Segundo o autor, a posição

preferencial dos créditos públicos estaria gerando menor probabilidade na recuperação do capital dos credores privados, com o conseqüente aumento do custo do capital, aumento da probabilidade de falências em cascata e perda do bem-estar social. De acordo com a proposição, decretada a falência de uma empresa, seriam pagos em primeiro lugar os créditos trabalhistas, exceto os de administradores sem vínculo empregatício, diretores, cotistas e acionistas controladores. Os demais créditos privados teriam igualdade de tratamento com os créditos tributários.

Raupp destaca escolha de Lando para a Previdência

Senador lembra trajetória do novo ministro e ressalta sua importância para Rondônia

Fotos: Roosevelt Pinheiro



COMPETÊNCIA Conforme Raupp, Lando tem grande capacidade de articulação

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou ontem a nomeação do senador Amir Lando (PMDB-RO) para o cargo de ministro da Previdência Social.

– Não causou nenhuma surpresa sua indicação, pois, em todas as missões a que foi convocado pelo PMDB, sempre soube corresponder com competência e determinação. A de ministro será apenas mais uma em sua vitoriosa carreira política – afirmou.

Raupp lembrou que a história de Amir Lando se confunde com a da instalação do estado de Rondônia, tendo ele integrado a primeira legislatura esta-

que formavam a Aliança Democrática.

– Quem conhece a história de Rondônia sabe que toda articulação política visando retirar do poder o grupo que dominava o estado foi feita sob a responsabilidade de Amir Lando. Sua competência de negociação e perspicácia de grande líder ajudaram a eleger, sete meses depois, o primeiro prefeito da capital e, logo depois, o primeiro governador.

E para o nosso regozijo, ambos do PMDB – acrescentou.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Amir Lando reúne as qualidades necessárias à implementação da reforma da Previdência, aprovada pelo Congresso Nacional e ainda aguardando a aprovação da chamada PEC paralela.

dual como deputado constituinte. Em 1985, continuou, quando Rondônia ainda era território federal, administrado por governador indicado pelo presidente da República, Amir Lando comandou a articulação para a escolha de um candidato ao governo estadual oriundo do PMDB ou do PFL, partidos

Governo reforça papel da educação, diz Eduardo

A demissão do senador Cristovam Buarque (PT-DF) do Ministério da Educação motivou a reflexão do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) sobre a importância do setor no centro de decisão do governo. Eduardo criticou a divisão entre o que seriam os núcleos duro e mole do governo, o primeiro com maior prestígio junto ao presidente.

O parlamentar enalteceu a humildade de Cristovam Buarque de reconhecer que “o ministro da Educação não pode, necessariamente, pertencer a um núcleo que não seja o núcleo duro do governo”, ou seja, “que ele (Cristovam) não tinha junto à esfera de poder o contato direto que a área da educação merece”.

– Como oposição construtiva, sobra autoridade ao nosso partido para dizer que queremos um governo inteiro de núcleo duro, de pessoas competentes, de pessoas reconhecidas. Caso contrário, podemos chegar à conclusão de que há assuntos que não merecem ministérios e pessoas que tam-



Para Eduardo, com Tarso Genro educação integrará o “núcleo duro” do governo

bém não mereçam ser ministros, mas que, em função de uma derrota eleitoral ou de uma composição política, estejam ali – disse Eduardo, ressaltando “a formação e o caráter indiscutíveis” de Cristovam, assim como seu reconhecimento internacional na área da educação.

O senador felicitou o governo “por trazer para o núcleo duro a área da educação”, já que a situação anterior, para ele, era inconcebível. Eduardo afirmou acreditar que o novo ministro, Tarso Genro, irá cumprir as promessas que Cristovam fez no Tocantins, de privilegiar o combate ao analfabetismo. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou a mesma crença.

Eduardo enalteceu a atividade parlamentar do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), que deixa o mandato em função da volta de Cristovam ao Senado. Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) salientou que o país perde a oportunidade de se desenvolver por não ter autonomia quanto à sua política econômica.

Eurípedes Camargo recebe homenagens em Plenário

Em discurso ontem no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez uma homenagem ao senador Eurípedes Camargo (PT-DF), que voltou à condição de suplente com o retorno do ex-ministro da Educação Cristovam Buarque ao Senado. Paim afirmou que, se dependesse dele, manteria

Cristovam no ministério e Eurípedes no Senado, “como companheiro de todos os momentos”. O senador lembrou a seriedade de Eurípedes e seu senso de disciplina partidária. Eleito por um colégio formado majoritariamente por funcio-



Eurípedes volta a ser suplente com o retorno de Cristovam ao Senado

nários públicos, votou a favor da reforma da Previdência, embora tenha lutado para amenizar as novas regras por meio da aprovação da chamada PEC paralela.

Em aparte a Paim, falou inicialmente o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que enalteceu “a firmeza, a serenidade e o equilíbrio” de Eurípedes, além de sua “grandeza política exercida com simplicidade”. Em seguida, os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Sibá Machado (PT-AC) discursaram prestando homenagem ao senador pelo DF.



MAIS LIBERDADE Calixto (E) destaca que, como senador, irá lutar por uma lei de imprensa mais justa

Mário Calixto toma posse no Senado

Com a indicação do senador Amir Lando (PMDB-RO) para o cargo de ministro da Previdência Social, tomou posse ontem no Senado seu primeiro suplente, o empresário Mário Calixto (PMDB-RO). Após firmar o compromisso regimental em Plenário, o representante de Rondônia revelou sua disposição de lutar por uma lei de imprensa mais justa.

–Vamos brigar por uma lei de imprensa que estabeleça mais liberdade, mas também uma

melhor definição de coresponsabilidade entre jornalistas e empresários de comunicação – afirmou, observando que Rondônia é o estado com maior número de jornalistas condenados por infrações a essa lei. Conforme acrescentou, as ações motivadas por transgressão à lei de imprensa estão levando as empresas de comunicação a estado de insolvência. De acordo com o senador, a censura praticada hoje é ainda maior do que na época do re-

gime militar.

Dono de dois jornais e uma emissora de TV, Mário Calixto chegou ao Senado em meio à denúncia sobre a remessa ilegal de US\$ 380 mil ao exterior via contas CC-5. Além de negar a acusação, o parlamentar disse já ter encaminhado às autoridades competentes a autorização para a quebra de seu sigilo bancário e telefônico nos últimos 30 anos. Na sua opinião, essa denúncia foi motivada por “perseguição política”.

Raupp critica peso político em comissão de biossegurança

Ao elogiar o envio pelo governo de um projeto de lei para regulamentar a política de biossegurança no país, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), após destacar algumas opiniões diferenciadas sobre o tema, criticou a mudança na composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

(CTNBio). Para o senador, a pior modificação proposta no projeto é a redução, na composição da CTNBio, do peso dos técnicos e o aumento injustificado dos integrantes políticos.

Segundo Raupp, hoje os técnicos do setor são oito, dos 18 membros da comissão, e passariam a

ser, uma vez aprovado o projeto no Congresso, 10 em 26 membros.

– Ou seja, de 44%, seu peso seria diminuído para cerca de 38%. É uma queda expressiva, que pode decidir muitas questões mais agudas e polêmicas e, suponho, no sentido menos técnico e mais demagógico.

O senador argumentou que questões como periculosidade ou emprego ou não de um organismo geneticamente modificado são primordialmente questões técnicas. Para ele, isso descartaria a necessidade da consulta da opinião desinformada de representantes da sociedade civil.

Roosevelt Pinheiro



RECORDE Ideli diz que programa mantém mais de 3 milhões de novos empregos

Serys pede mais recursos da Cide para recuperar estradas federais

A senadora por Mato Grosso lembra que o aumento do repasse vai permitir maior agilidade nas obras

Roosevelt Pinheiro



CALAMIDADE Serys aponta as BR-158 e BR-364 como as piores em seu estado

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu ontem que o governo federal destine mais recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) do que os 25% que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu em medida provisória (MP) para serem repassados aos governos estaduais. Segundo ela, a maioria das estradas federais ainda está em estado de calamidade pública, especialmente em seu estado, Mato Grosso, onde apontou as BR-158 e BR-364 como as piores.

Ela disse que o repasse de 25% da Cide aos estados per-

mitirá maior agilidade nas obras de recuperação, mas afirmou esperar que os governadores apliquem esses recursos nas estradas e informem a população que as obras resultam de recursos federais. Serys lembrou que a legislação anterior à MP destinava 75% da Cide

para a recuperação de estradas.

Serys também respondeu às declarações do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS). Segundo ela, Maggi teria afirmado que não precisa do PT e pouco se importa com o que o partido pensa do seu governo.

– O governador demonstra uma falta de habilidade política – para não dizer truculência – ímpar, para tratar o partido do presidente da República dessa maneira. Não temos e não queremos cargos no governo de Mato Grosso. Participamos das decisões políticas e do apoio parlamentar, mas está muito difícil diante das medidas retrógradas que ele vem tomando – assinalou.

A violência contra a mulher também foi abordada pela senadora. Ela lembrou que, no Brasil, a cada 15 segundos, uma mulher sofre algum tipo de vi-

olência. Serys ressaltou que 2004 é o Ano Nacional da Mulher e que uma comissão especial está definindo a programação, que vai do desarquivamento de projetos de lei sobre o tema à apresentação de novos projetos e formas de visibilidade sobre o problema, como o projeto que prevê detenção para o agressor. “Chega de pena alternativa para o agressor. Queremos é detenção”, afirmou.

Outro assunto abordado pela senadora foi o compromisso assumido pelos senadores para rever a alíquota de 7% da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para pequenos prestadores de serviços.

– Os que se sentirem prejudicados entrem em contato com os senadores e enviem seus dados para que possamos estudar uma revisão – concluiu.

Jucá destaca crise financeira e operacional do transporte de cargas

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) parabenizou os empresários do setor de transporte de cargas pela ética e seriedade na condução de seus negócios e “pelo exemplo que dão ao país”. Mas afirmou que, neste momento em que as expectativas políticas e econômicas são positivas, o setor enfrenta diversos problemas, como a má conservação das estradas, roubo de cargas e frota obsoleta. No caso de um possível reaquecimento econômico, o setor pode até mesmo parar por falta de infra-estrutura, de acordo com informações de

Jucá, a partir de dados da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (ANTC).

A associação, segundo o senador, foi criada em 1963 e dá orientação técnica e jurídica à análise dos grandes problemas nacionais, contribuindo para a definição do papel estratégico do setor de transporte rodoviário de cargas. “Os problemas da área de transporte de carga são inúmeros e exigem das autoridades um tratamento urgente e eficaz”, disse o senador.

Jucá lembrou a importância do transporte rodoviário na cadeia logística, o que deixa o se-

tor em posição privilegiada para garantir o crescimento econômico do país. Romero Jucá destacou que as dificuldades no setor representam um gargalo para o desenvolvimento do Brasil.

– Apesar de sua importância, o setor encontra-se em crise financeira e operacional – afirmou o senador.

Pesquisa citada por Jucá mostrou que 78% das rodovias do país encontram-se em péssimo estado. As indenizações por roubo de carga chegam a R\$ 500 milhões anuais e a frota brasileira tem em mé-

Jone de Araújo



EXEMPLO Jucá elogia coragem e seriedade dos empresários do setor

dia 18 anos, sendo que 70% dos veículos têm mais de 10 anos.

– Enfrentar uma realidade como essa requer coragem, e isso não tem faltado aos empresários do setor – afirmou o senador Romero Jucá.

Ideli elogia investimento no Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) recebeu em 2003 investimentos de R\$ 3,8 bilhões, valor recorde aplicado na agricultura familiar brasileira, registrou ontem a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ideli ressaltou que na safra de 2002, no governo de Fernando Henrique, foram investidos apenas R\$ 2,4 bilhões.

Para a senadora, o maior impacto das ações da Pronaf, como política pública de emprego e renda, está na sua capacidade de evitar o êxodo rural. Ela informou que este investimento foi capaz de gerar 638 mil novos empregos e garantiu a manutenção de outros 3,3 milhões. Para 2004, a estimativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário é que o programa crie 812 mil empregos na área rural, destacou.

De acordo com Ideli, entre as regiões brasileiras, o Norte e o Centro-Oeste registraram os maiores aumentos no número de financiamentos concedidos, 137% e 88%, respectivamente. A senadora explicou que o governo procurou expandir o Pronaf em regiões que o utilizavam pouco e que este objetivo continuará nos programas deste ano.

A senadora registrou também que o programa Garantia-Safra 2003/2004, destinado a assegurar renda aos agricultores que perderam sua safra em decorrência da seca, recebeu inscrição de 256 mil famílias e que a meta deste ano é alcançar 500 mil beneficiados.

Em seu discurso, a parlamentar lamentou o falecimento dos jornalistas Cláudio Silva (conhecido como Miro) e Aldirio Simões. Miro, do jornal catarinense *O Estado*, faleceu ontem e Aldirio, que mantinha o programa de televisão *Fala, Mané*, divulgando a cultura de Santa Catarina, faleceu na quinta-feira.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



INCENTIVO Papaléo Paes quer a aprovação pelos deputados do projeto do senador José Sarney

Papaléo defende benefício fiscal para Macapá e Santana

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que estende alguns dos benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Atualmente essa área de livre comércio dá incentivos apenas para a compra e venda de produtos, e não para a produção. Segundo Papaléo, o Projeto de Lei 2.403/03, em tramitação na Câmara determina a renúncia fiscal somente para os bens elaborados com matérias-primas de origem regional.

– Como é sabido por todos nós, o Pólo Industrial de Manaus hoje é responsável pela geração de 50 mil empregos diretos e 350 mil indiretos, com um faturamento anual de 9 bilhões de dólares, consolidando-se como a mais importante força motriz da economia da Amazônia. A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana reúne condições para igualar esse êxito por meio do aproveitamento racional de sua biodiversidade – afirmou Papaléo. Ao fim do seu pronunciamento, Papaléo elogiou a atuação do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), que, como primeiro suplente do senador Cristovam Buarque (PT-DF), deixa o cargo, já que o titular retornará ao Senado depois de ser afastado do Ministério da Educação.

O senador pelo Amapá testemunhou que Eurípedes desempenhou suas funções com muita determinação e, por isso, conquistou o respeito dos demais parlamentares.

Senadores cobram socorro a flagelados pelas enchentes

“Não estou pedindo esmolas. Sergipe é um estado da Federação e tem o direito de ser atendido”. Com esse desabafo, o senador Almeida Lima exigiu assistência do governo federal às vítimas das enchentes em Sergipe. Também preocupado com a situação em seu estado e em outras áreas do Nordeste, o senador Antonio Carlos Valadares defendeu mais agilidade do Ministério da Integração Nacional. Ele lamentou que o ministro Ciro Gomes ainda não tenha visitado a região.

Já o senador Mão Santa solicitou ao governo federal que libere recursos para ajudar os desabrigados pelas enchentes nas áreas dos rios Parnaíba e Poti, no Piauí. Ele citou números mostrando que o governo Lula destinou ao Piauí menos recursos que Fernando Henrique.

ALMEIDA LIMA



Governo de Sergipe faz o que pode com poucos recursos

O senador Almeida Lima (PDT-SE) afirmou ontem que está indignado com o que considera omissão e descaso do governo federal em prestar socorro às populações dos municípios do semi-árido de Sergipe, atingidas pelo excesso de chuvas nesse início de ano. De acordo com o senador, o Ministério da Integração Nacional nem sequer responde aos telefonemas do governador João Alves (PFL) e dele próprio, solicitando providências.

Almeida Lima disse que Sergipe tem direito de ser atendido numa situação de calamidade pública que atinge vários municípios do estado: “Não estou pedindo esmolas”.

Segundo o senador, o governador de Sergipe está fazendo tudo que pode para minorar o sofrimento das populações atingidas, mas os recursos estaduais são poucos, enquanto o governo federal dispõe de vultosas verbas emergenciais. Almeida Lima fez questão de registrar a ajuda que Sergipe está recebendo do Exército Brasileiro.

Em apartes, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentaram a calamidade e instaram o governo federal a socorrer as populações afetadas.

VALADARES

Ministério deveria estar aparelhado para atendimento

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou maior agilidade do Ministério da Integração Nacional na assistência às vítimas de enchentes no país. Ele lamentou que o titular da pasta, Ciro Gomes, ainda não tenha feito uma visita aos desabrigados do Nordeste, região da qual é natural.

– Acho que o Ministério da Integração Nacional deveria estar aparelhado para prestar atendimento básico aos municípios envolvidos nesse acontecimento – declarou.

A demora nessa assistência não se justificaria, argumentou Valadares, pelo fato de a meteorologia ter previsto, há três meses, chuvas intensas nas regiões atingidas pelo fenômeno e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já ter autorizado a liberação de R\$ 32 milhões.

Depois de exigir maior atenção da burocracia aos flagelados das enchentes, o senador reivindicou o envio de relatório do Ministério da Integração Nacional sobre a assistência oferecida nesse período. Ao prestar solidariedade às vítimas das chuvas em todo o país, Valadares fez menção especial aos desabrigados de Sergipe, estado que não tinha registro, nos últimos cem anos, de tamanho estrago provocado pela violência das águas.



MÃO SANTA



À espera de que Lula “mostre gratidão” ao povo do Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) propôs da tribuna que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “mostre sua gratidão” ao povo do Piauí, que elegeu o primeiro governador do PT no Nordeste (Wellington Dias), e libere dinheiro para socorrer os desabrigados das enchentes que afetam as áreas próximas dos rios Parnaíba e Poti.

– O Piauí, conforme os jornais, já está com 26 mil desabrigados pelas enchentes. Antigamente, numa situação dessas, a Sudene providenciava o socorro. Agora, a Sudene está moribunda e seu retorno continua só no papel.

Mão Santa citou números levantados pelo ex-senador e ex-governador Freitas Neto, segundo os quais o governo Lula destinou ao Piauí “apenas 30% das verbas liberadas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002”.

O senador fez uma homenagem ao senador Eurípedes Camargo (PT-DF), suplente de Cristovam Buarque (que reassumirá o mandato assim que passar o cargo de ministro da Educação). “Eurípedes é o nosso símbolo da humildade”, afirmou. Ele destacou ainda o trabalho do Ministério da Educação nos últimos nove anos, nas gestões de Paulo Renato e Cristovam Buarque.

Paim defende cotas para negros e elogia TV Globo

■ Para senador, o debate já produziu frutos, principalmente nos meios de comunicação do país

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender ontem a aprovação, no Senado e na Câmara dos Deputados, do projeto de sua autoria que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Entre as mudanças sugeridas pelo senador, uma das principais é a criação de cotas mínimas para o ingresso de brasileiros negros no serviço público e nas universidades públicas.

O projeto já recebeu pareceres favoráveis dos relatores nas duas Casas e poderia ser votado em março, mas, para o se-



APOIO FUNDAMENTAL Paim espera aprovar estatuto ainda em 2004

nador, o importante é que seja aprovado ainda neste ano.

O senador observou que o debate sobre cotas e ações afir-

mativas em prol da população negra já produziu experiências bem-sucedidas. Nos meios de comunicação, tem aumentado a presença de negros em telenovelas, programas e comerciais, de acordo com Paim. Ele citou como exemplo a novela *Da Cor do Pecado*, estrelada pela atriz negra Taís Araújo.

– Quero fazer um elogio à TV Globo. Na aprovação do Estatuto do Idoso, também de minha autoria, foi fundamental o debate levado ao ar como parte da trama da novela *Mulheres Apaixonadas* – afirmou o senador.

Quintanilha exige vagas em ônibus para idosos

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) advertiu em Plenário que as empresas de ônibus interestaduais e intermunicipais têm de colocar imediatamente duas vagas em cada viagem à disposição de pessoas idosas, como determina o Estatuto do Idoso. Ele pediu que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, tome providências para assegurar o cumprimento do estatuto, pois as companhias têm recusado a concessão sob o argumento de que o estatuto precisa de uma regulamentação.

– O estatuto não precisa dessa regulamentação e as empresas estão usando essa falsa argumentação para burlar a legislação aprovada pelo Congresso. O ministro dos Transportes tem de tomar uma providência, se preciso até com punição para as empresas que vêm desrespeitando o estatuto – afirmou Quintanilha.

O senador pelo Tocantins disse que tem recebido reclamações contra as companhias de ônibus.

– Essa foi uma das maiores conquistas do Congresso em 2003 e é inaceitável que alguns empresários estejam tentando descumpri-la – observou.



PROVIDÊNCIAS Quintanilha adverte que número de velhos aumenta mais que o de crianças

Quintanilha lembrou também que o número de idosos na população brasileira está aumentando rapidamente – eles já somam 15 milhões. No entanto, as universidades públicas têm formado mais pediatras do que geriatras.

– O percentual de crianças tem se reduzido, ao passo que aumenta o de velhos. Mas as universidades ainda não atentaram para este fato. Mal temos 500 geriatras em todo o país, concentrados nas capitais e grandes cidades. Essa situação tem de mudar – sustentou o senador.

Bertha Lutz escolhe premiadas

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz reúne-se hoje, às 11h30, para analisar indicações e selecionar as cinco candidatas a serem contempladas com a terceira premiação do diploma. O conselho, presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), é composto por representantes de todos os partidos com assento no Senado. Foram recebidas cerca de 60 indicações para o diploma.

O conselho é instalado todos os anos para escolher cinco mulheres entre as indicadas ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, prêmio anual criado por proposição da ex-senadora Emilia Fernandes para agradecer mulheres que tenham oferecido contribuição à defesa dos direitos da mulher.

Qualquer entidade ligada à promoção e à valorização da mulher, governamental ou não, pode apresentar candidatas ao prêmio. No ano passado, as vencedoras foram Raimunda Gomes da Silva, Nazaré Gadelha, Emilia Fernandes, Nair Gomes de Castro e Sueli Carneiro. Elas receberam o prêmio no Plenário do Senado.

Sibá pede mandato de 5 anos e fim da reeleição

O senador Sibá Machado (PT-AC) sustentou ontem a necessidade de o Congresso começar a discutir a reforma política. Ele admitiu que os parlamentares não se mobilizam para discutir essa matéria, mas ponderou que é preciso aperfeiçoar os mecanismos de participação e retirar os vícios das máquinas partidárias.

Sibá também afirmou ser favorável ao fim da reeleição para o Executivo e à definição de um mandato de cinco anos para a Presidência da República e os governos estaduais e municipais, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC) que já apresentou. Em sua opinião, a reeleição exibiu à sociedade o uso abusivo da máquina pública e a frouxidão da Justiça Eleitoral. O senador disse também que pretende apresentar outra PEC para unificar todas as eleições a partir de 2010, com mandatos de cinco anos.

Outro tema que deve ser



APERFEIÇOAMENTO Sibá quer discutir financiamento das eleições e voto distrital

abordado na reforma política, defendeu o senador, é o do financiamento público e a implantação do voto distrital misto.

Sibá aproveitou para saudar o senador Eurípedes Camargo (PT-DF), que cederá seu posto ao senador Cristovam Buarque (PT-DF). Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidiam a Mesa, se associaram nas homenagens a Eurípedes.

Capiberibe cobra resposta sobre saúde

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu ao ministro da Saúde, Humberto Costa, que responda aos questionamentos feitos sobre a saúde no Amapá, sobretudo no que diz respeito ao crescimento nos casos de dengue. Entre as solicitações feitas pelo senador, está a realização de uma auditoria sobre uso, pelo governo do estado, de recursos repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

– A dengue é uma doença política proveniente do desleixo, da falta de execução de programas preventivos de saúde e do roubo do dinheiro público. Por esse motivo peço que o Ministério da Saúde faça uma auditoria no Amapá. Quero saber como os recursos foram aplicados, já que faltam medicamentos e não há condições nem de fazer exames na população – afirmou João Capiberibe.

Segundo o senador, quando ele encaminhou o primeiro ofício ao ministro da Saúde, os casos de dengue tinham crescido 139% entre janeiro e julho do ano passado. A notificação



SOLICITAÇÕES Capiberibe mostra crescimento da dengue no Amapá: 6 mil notificações

de 199 casos por mês tinha aumentado para 476. Em dezembro, acrescentou, foram notificadas mais de 6 mil incidências da doença no estado.

João Capiberibe também lamentou que o programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio do ano passado, não tenha avançado. Ele opinou que o governo precisa agilizar o projeto para que a região amazônica possa se desenvolver a partir do aproveitamento sustentável de suas riquezas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa e Juvêncio da Fonseca e pela senadora Serys Slhessarenko